



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38

Ofício nº 360/2025

Serviço: Secretaria da Câmara Municipal

Assunto: Encaminha Indicação.

Morro da Garça/MG, 24 de novembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Com os nossos cumprimentos, informamos que, em Reunião Ordinária desta Casa Legislativa, realizada em 19 de novembro de 2025, foi aprovada a Indicação nº 08/2025, de autoria da Vereadora Rose Graziele Fernandes Freitas Cândido.

Conforme o disposto na referida proposição, solicita-se ao Executivo Municipal para que encaminhe a esta Casa Legislativa, Projeto de Lei para reestabelecimento da equiparação salarial dos Conselheiros Tutelares ao vencimento dos Auxiliares Administrativos II, conforme previsão no Art. 35, da Lei Municipal nº 467/2003, que institui o Conselho Tutelar no município.

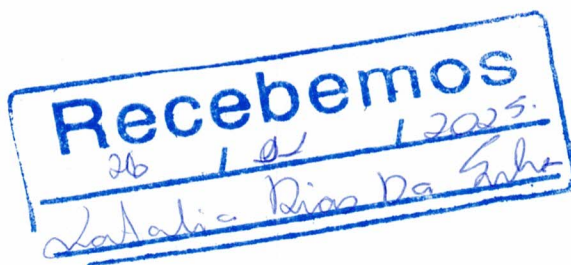
Dessa forma, encaminhamos em anexo a Indicação nº 08/2025 para que Vossa Excelência apreciação e possíveis providências.

Certos de contar com a especial atenção de Vossa Excelência para o que foi exposto, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Carlos Eduardo Mariz Rocha
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr.
Márcio Túlio Leite Rocha
Prefeito Municipal de Morro da Garça
Estado de Minas Gerais





ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
PODER LEGISLATIVO

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 8 /2025

Autora: Vereadora Rose Grazielle Fernandes Freitas Candido

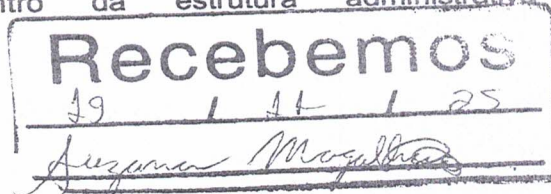
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Morro da Garça, Estado de Minas Gerais, Vereador Carlos Eduardo Mariz Rocha e demais colegas Edis desta Casa Legislativa, conforme preceitua o Regimento Interno da Câmara, apresento a indicação que após dado ciência ao Soberano Plenário, seja encaminhado EXPEDIENTE INDICATÓRIO ao Executivo Municipal para que seja encaminhado a esta Casa Legislativa Projeto de Lei restabelecendo a equiparação salarial dos Conselheiros Tutelares ao cargo de Auxiliar Administrativo II, conforme previsão original do Art. 35 da Lei Municipal nº 467/2003, que instituiu o Conselho Tutelar no município.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 467/2003, em seu texto original, estabeleceu que a remuneração dos Conselheiros Tutelares seria equiparada ao cargo de Auxiliar Administrativo II, garantindo isonomia e valorização compatível com a relevância das atribuições exercidas no âmbito da proteção integral da criança e do adolescente.

A referida equiparação foi revogada pela Lei nº 603/2011, posteriormente também revogada pela Lei nº 618/2013, ocasionando modificações na estrutura remuneratória que, ao longo dos anos, resultaram em expressiva defasagem salarial dos Conselheiros Tutelares.

Contudo, com as alterações legislativas posteriores, essa equiparação foi perdida, e o salário atual dos Conselheiros Tutelares — mesmo após o reajuste concedido em agosto de 2025 — permanece abaixo do vencimento inicial do referido cargo, gerando disparidade injustificada dentro da estrutura administrativa municipal.





ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
PODER LEGISLATIVO

Ressalta-se que todos os demais cargos e funções do município tiveram seus vencimentos reajustados ao valor de origem, preservando seu padrão remuneratório, exceto o cargo de Conselheiro Tutelar, cuja defasagem permanece e necessita urgente correção.

Esse cenário tem provocado desmotivação e desinteresse da população em se candidatar ao cargo de Conselheiro Tutelar, justamente pela falta de valorização salarial, o que pode comprometer o funcionamento e a eficiência do órgão, essencial para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Dessa forma, a presente Indicação visa repor um direito originalmente instituído, garantindo justiça remuneratória, valorização dos profissionais e adequado reconhecimento da importância do trabalho desempenhado pelos Conselheiros Tutelares na proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Por todo o exposto, indico ao Executivo que encaminhe a esta Câmara Municipal o devido Projeto de Lei restabelecendo a equiparação salarial aos níveis do cargo de Auxiliar Administrativo II, conforme previsto na legislação original de 2003.

Morro da Garça – MG, 19 de novembro de 2025.


Rose Grazielle Fernandes Freitas Cândido
Vereadora – Federação Brasil da Esperança